

Um socialismo para o século XXI*

UGO RIVETTI**

Introdução

A política e o socialismo sempre ocuparam um lugar central na formação e trajetória de Raymond Williams (1921-1988): desde a infância no seio de uma família politicamente filiada ao trabalhismo e em meio a uma comunidade de trabalhadores socialistas bastante engajados politicamente, passando pelo contato com o comunismo na juventude (por intermédio do Left Book Club e do Clube Socialista de Cambridge), até a consagração pública como uma das principais lideranças da esquerda britânica na segunda metade do século XX. Nem mesmo os inúmeros contratempos que surgiram ao longo desse percurso – com destaque para os rachas no interior da Nova Esquerda e o deslocamento do Partido Trabalhista em direção a posições reformistas – foram suficientes para arrefecer o engajamento político e a militância socialista de Williams.

Pretendo explorar neste texto um momento particular desse percurso: as intervenções de Williams em alguns dos debates que dominaram a esquerda e a cena política britânicas na década de 1980. Optei por focalizar esse período específico da trajetória de Williams com vistas a assinalar a atualidade da política socialista por ele concebida naquele momento – projetada, inclusive, como forma de intervir no século que então se aproximava. Dado que essa política mantém (como será mostrado ao final desta exposição) vínculos com o projeto político que Williams

* Este artigo é uma versão modificada do Capítulo 4 de minha tese de doutorado (Rivetti, 2021).

** Ugo Rivetti é doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: uc.rivetti@gmail.com

vinha refinando desde o final dos anos 1950, a atualidade aqui reivindicada corrobora, também, a força e a perenidade de suas contribuições teóricas e políticas mais substantivas.

Que fazer?

A última década da vida de Williams coincidiu com aquele que foi o governo britânico mais longo do século XX, liderado por Margaret Thatcher (1925-2013), primeira-ministra de maio de 1979 a novembro de 1990. Ao longo desses anos, a esquerda britânica se viu dividida em torno das estratégias e ações políticas necessárias para fazer frente a uma administração explicitamente comprometida com medidas econômicas liberalizantes e com o desmonte das bases do Estado de bem-estar social – lançadas pelo governo trabalhista do pós-Segunda Guerra (1945-1951) e preservadas, bem ou mal, por todos os governos britânicos desde então. De todos os desafios, aquele que se impôs com maior urgência foi o de como articular as diferentes forças políticas e sociais que se opunham ao thatcherismo¹ – o que passava, entre outras coisas, por definir o lugar que o Partido Trabalhista (a força política de maior peso no campo da esquerda britânica) ocuparia nessa concertação.

Williams apoiou suas intervenções nesse debate em um diagnóstico claramente delimitado: segundo ele, a superioridade eleitoral dos conservadores deveria ser lida como indício da prevalência de alguma tendência fundamental no interior da sociedade britânica, e não apenas como efeito das peculiaridades do sistema parlamentar e eleitoral do país e das distorções por ele produzidas.² Ainda mais importante, tanto a eleição de Thatcher como o enfraquecimento político-eleitoral das esquerdas não só não decorreriam de uma tendência que definiria a Grã-Bretanha, como seriam sintomas, isso sim, de um país não mais capaz de se definir e compreender.

A crise de identidade a que Williams se refere seria, fundamentalmente, uma crise da própria ideia de sociedade, manifesta na crescente promoção de uma forma de vida baseada naquilo que ele então definiu como “privatização móvel”, isto é, uma forma de identidade individual e privada, “centrada na própria casa, na residência”; não só essa forma de vida tenderia a ser cada vez mais valorizada como tudo o que diria respeito a uma forma de vida mais ampla passaria a ser descartado

1 Definido por seu principal divulgador, Nigel Lawson, como “uma mistura de mercados livres, controle monetário, privatização e cortes tanto em gastos como em impostos – combinado com um ressurgimento populista dos ‘valores vitorianos’ de autoajuda e nacionalismo” (Clarke, 2004, p.570). Todas as passagens citadas extraídas de textos em língua estrangeira foram por mim traduzidas.

2 Nas eleições gerais de maio de 1979, os conservadores conquistaram 339 assentos no Parlamento (62 a mais do que no pleito anterior, de outubro de 1974), enquanto os trabalhistas terminaram com 269 cadeiras (50 a menos), o que equivalia a 37% do eleitorado, seu pior resultado desde 1931. Nas eleições seguintes, em junho de 1983, a votação dos conservadores teve um decréscimo de apenas um ponto percentual, com os trabalhistas atingindo 28% dos votos, seu pior desempenho desde 1918 (cf. Childs, 2001).

como “meras generalidades, meras abstrações” (Williams, 1989c [1983], p.171). Nesse sentido, a afirmação de Thatcher de que “isso de sociedade não existe. Há homens e mulheres individuais e há famílias”³ retrata com perfeição a coordenada ideológica que não apenas guiou seu governo, mas que também conferiu o sentido mais geral ao processo histórico no qual ele estava inscrito.

Se a crise que engolfou as esquerdas e conduziu à ascensão dos conservadores não se restringia ao plano eleitoral, também a sua superação deveria ser buscada, argumenta Williams, para além das estratégias eleitorais de curto prazo. Não que a esquerda devesse ignorar a dimensão eleitoral das disputas em jogo. Tratava-se, isso sim, de formular análises que fossem capazes de estimar adequadamente o lugar e o significado das disputas eleitorais – enquanto produto e sintoma de processos mais básicos e fundamentais:

O verdadeiro contexto de qualquer política prática é sempre a situação social e econômica geral, e apenas secundariamente as disposições partidárias e a porcentagem de voto popular que deriva disso. Uma fragilidade óbvia da recente análise eleitoral, como da análise que se seguiu à derrota trabalhista em 1959, é de que ela trata as distribuições correntes de voto como se elas fossem dados primários a partir dos quais a situação social e econômica, ou ao menos as principais respostas a ela, pudesse ser inferida. (Williams, 1989d [1984], p.176)⁴

Foi a partir desse diagnóstico e enquadramento do problema que Williams procurou se posicionar nos debates no interior da esquerda britânica acerca das estratégias para reagir à ofensiva neoliberal. À primeira vista, ele se alinhava à posição dos “coalicionistas”, defensores da formação de uma ampla coalizão entre as forças de oposição ao governo conservador (trabalhistas, liberais, social-democratas, sindicalistas, comunistas). Para os adeptos dessa estratégia, esse seria o caminho mais promissor em razão das pautas compartilhadas pelos principais atores políticos da esquerda – como a defesa do setor público, dos serviços de bem-estar social e das políticas de desarmamento –, além da evidência de que o governo conservador não poderia ser enfrentado por uma única força política.

Embora Williams de fato concordasse com a necessidade de uma ampla coalizção política de esquerda, ele também fazia a ressalva de que, dado que as disputas eleitorais estão inseridas em processos sociais e políticos mais gerais, os esforços para o estabelecimento de uma coalizção desse tipo deveriam estar inscritos no projeto mais abrangente de constituição de políticas verdadeiramente socialistas. Ainda que sob o risco de desviar os esforços das pressões mais urgentes,

3 No original: “there’s no such thing as society. There are individual men and women and there are families” (*The Guardian*, 2013).

4 Na década de 1950, os conservadores derrotaram os trabalhistas em três eleições gerais seguidas (1951, 1955 e 1959).

as forças de esquerda deveriam concentrar suas energias no sentido da construção de uma base programática capaz de subsidiar uma ação conjunta mais duradoura e teoricamente consistente.

Além disso, qualquer coalizão de esquerda deveria estar apoiada em uma base mais ampla do que a simples oposição comum ao governo conservador. Para tanto, fazia-se necessário rejeitar o “negativismo oportunista” (Williams, 1989a [1981], p.151) promovido pelas lideranças trabalhistas com base no pressuposto (para Williams, enganoso) de que o partido seria, necessariamente, o maior beneficiário da rejeição do governo conservador e, não só isso, de que seus quadros saberiam o que fazer assim que assumissem o governo. Para Williams, essa estratégia simplesmente reproduziria (ainda que inadvertidamente) a perspectiva segundo a qual não há real alternativa à ordem social existente – reforçada pela crença de que partido e sindicatos estariam aptos a representar, quase que por definição, os interesses da classe trabalhadora.

Ao mesmo tempo que rejeita o reformismo das lideranças trabalhistas, Williams também censura duramente o modelo de crítica ao reformismo trabalhista que descartava toda forma de reformismo. Para Williams, não se trata de isolar as vertentes reformistas, mas sim de transformá-las a partir de dentro segundo a disposição de “descobrir alternativas realistas” (Williams, 2011a [1976], p.337). Para tanto, seria preciso, em primeiro lugar, reconhecer a importância do reformismo como um guia de ação que, no quadro de uma democracia liberal como a inglesa, foi capaz de preservar a relevância política do Partido Trabalhista e do movimento por ele encabeçado. Nesse ponto, vale notar que Williams faz uma distinção bastante particular entre “dois tipos de teoria reformista”:

O primeiro, que não é sequer exclusivo da esquerda, propõe que mudanças radicais nas instituições e relações sociais – o exemplo mais simples é o crescimento da “igualdade” – podem ser realizadas sem transformar ou mesmo, em algumas versões, sem perturbar a ordem social existente. O segundo tipo, que se encontra agora na fronteira entre os partidos social-democratas e a maioria dos partidos comunistas, em sociedades capitalistas altamente desenvolvidas, nega na teoria que as reformas significativas e centrais podem ser realizadas sem transformar a ordem social, mas afirma na prática que as lutas por reformas específicas são o meio mais acessível de mobilização política, e que elas não só valem a pena em si, mas são etapas necessárias – com frequência, as únicas acessíveis de imediato – para a transformação da ordem dominante. (Williams, 2011a, p.336)

O reformismo não só admitido como também defendido por Williams é aquele que reconhece as reformas como parte insubstituível de “um processo de mobilização e organização popular”, mirando, como fim último, o revolucionamento da ordem dominante – e que, portanto, coloca-se em oposição ao reformismo que simplesmente “luta pelo seu percentual dentro do sistema” (Williams, 2011a, p.338).

Mas para que essa modalidade específica de reformismo fosse colocada em prática era preciso que se elegeisse como alvo de toda ação a transformação da opinião pública mais ampla em direção a uma consciência socialista mais madura, de modo a “alterar o solo popular no qual nós temos sido derrotados na realidade” (Williams, 1989d, p.183). A partir daí, Williams defende como alternativa às propostas de coalização entre as forças de esquerda uma reconstrução socialista assentada nos esforços por formação e educação não apenas dentro, mas sobretudo fora do partido. Só assim se poderia construir uma aliança de forças de esquerda cujo alicerce ultrapassaria a oposição comum ao governo Thatcher – uma coalizão positiva fundada em “um programa verdadeiramente popular com apoio massivo a partir de baixo” (Williams, 1989e [1984], p.240).

Socialismo e democracia

Dada a dimensão político-eleitoral das disputas em jogo, a formação de uma aliança assentada em um programa político consistente passaria também pela identificação e crítica dos limites dos “sistemas de democracia representativa existente” (Williams, 1989b [1982], p.269), cujas características teriam contribuído decisivamente, segundo o diagnóstico de Williams, para a força eleitoral dos conservadores ao longo da década de 1980. Enfrentar os limites e as potencialidades do regime democrático constituiria tarefa incontornável, ademais, porque etapa do esforço para recuperar os laços entre democracia e socialismo e, com isso, recusar a ideia de que a democracia só poderia se realizar na forma da democracia liberal burguesa. No caso da Grã-Bretanha da década de 1980, esse esforço passava por submeter à crítica uma democracia que, para além da superfície – isto é, a vigência de um regime parlamentarista assentado em eleições livres –, apresentava limitações que não poderiam mais ser ignoradas, como a sobrevivência da Câmara dos Lordes e a prerrogativa da Coroa em convocar o líder do partido vitorioso para a formação do gabinete (cf. Williams, 1984 [1983]).

Diante dessas limitações da democracia britânica, Williams defende o modelo distinto de uma “democracia educada e participativa” (Williams, 1984, p.121), tida por ele como o melhor meio para responder aos dois grandes desafios que se colocavam naquele fim de século: de um lado, a necessidade de confiar mais poder decisório ao maior número possível de pessoas e, de outro, a tarefa de enfrentar problemas cada vez mais complexos – como aqueles decorrentes, por exemplo, da maior interdependência econômica entre as nações, da crise ecológica e do recrudescimento das corridas armamentista e nuclear.

A democracia socialista vislumbrada por Williams se apoiaria na articulação de “dois princípios” que, embora aparentemente incompatíveis, repousam, segundo ele, no cerne de qualquer projeto político de esquerda: “esquerdas no poder e autogestão”. Em outras palavras, qualquer projeto socialista politicamente eficaz deveria avançar não só no controle do poder político central, mas também na implementação de uma política abrangente de autogestão – nas fábricas, nas

instituições culturais, na administração política das localidades. Esse projeto fundamentaria aquele que Williams identifica como “o único tipo de socialismo que tem alguma oportunidade hoje em dia de chegar a se estabelecer, nas velhas sociedades industrializadas e democrático-burguesas” (Williams, 1984, p.145).

Essa seria uma democracia verdadeiramente socialista, porque adequada aos valores socialistas e, notadamente, àquele que Williams identifica como o mais importante deles: “uma ideia de compartilhamento [...] deriva[da] da ênfase no bem-estar de toda uma sociedade” (Williams, 1989g [1985], p.284). Como ressalva Williams, não se trata aqui do compartilhamento que se dá nos planos do consumo e da circulação, mas no âmbito do próprio processo de produção; uma forma socialista de compartilhamento que se aplique tanto à política como à economia – “democracia popular e propriedade comum. Esses são os únicos meios práticos para um compartilhamento social genuíno” (Williams, 1989g, p.285). A democracia socialista abarca, portanto, não só o regime político, mas também a organização da economia, ou, mais precisamente: o compartilhamento dos meios de subsistência, a ser perseguido, segundo Williams, por meio de políticas de autogestão que mirem a constituição de uma forma de organização econômica que admita arranjos descentralizados e diversificados.

Desse modo, Williams procura superar a dicotomia entre planejamento centralizado e submissão às forças de mercado, mirando, com isso, aquela que é, para ele, a única alternativa verdadeiramente socialista: a da produção estruturada em função das necessidades e interesses da população e que seja capaz de supri-los admitindo o compartilhamento mais aberto possível de informações e o acesso mais democrático possível às instâncias decisórias. Dentro dos limites do debate socialista, isso significa passar “do planejamento para o presumido interesse público para o efetivo e complexo planejamento participativo” (Williams, 1989h [1985], p.301). Só assim seria possível elaborar um plano capaz de atender ao interesse público sem recair na constituição de monopólios.

Do ponto de vista das políticas autogestionárias, o maior desafio que se colocava naquele fim de século consistia em ir além dos projetos de pequena escala, de modo a reorganizar a propriedade e o controle em setores econômicos maiores e mais complexos. Pensando nisso, Williams propôs a criação de “instituições *intermediárias*” para que as políticas a serem implementadas fossem concebidas e gestadas “a partir das relações sociais diretas” (Williams, 1984, p.146). Essa modalidade de autogestão vislumbrada por Williams não poderia se basear em políticas de nacionalização, as quais não teriam levado ao controle da produção pelos trabalhadores, posto que, nesse modelo, a gestão não seria exercida por um conselho que representa os interesses públicos, mas por “um empregador corporativo, com relações políticas e financeiras apenas com o Estado” (Williams, 1989f [1985], p.121). A própria democracia socialista é entendida por Williams como uma alternativa entre, de um lado, a economia planificada e o poder político centralizado e, de outro, “uma autogestão crescentemente fragmentada” (Williams, 1989b, p.275).

As políticas defendidas por Williams em seus textos da década de 1980 apontam para aquela que seria uma das principais fontes das crises que envolveram a democracia parlamentar e os modelos econômicos capitalista e do socialismo realmente existente: o predomínio de modelos de organização que não dão conta da miríade de interesses que compõem a sociedade. Para que as esquerdas pudessem superar a crise política e econômica do final do século XX seria necessário, portanto, recorrer a uma forma original de ação política, já presente naquele momento: “alianças, blocos e coalizões, sempre especificamente formados e necessariamente abertos à mudança, diferentemente dos partidos ‘representativos’ fixos que hoje se apropriam desses processos ativos” (Williams, 2011b [1980], p.363).

Para Williams, esses movimentos surgem como a melhor base para a democracia socialista assentada em processos de decisão participativos e políticas de autogestão. Mas essa solução coloca o desafio adicional de como conciliar os mais diversos interesses. Quanto a isso, Williams assume uma posição bastante clara, defendendo a manutenção de “vários planos de generalidade – incluindo planos de assembleias delegadas eleitas – nos quais decisões e informações relevantes movam-se, necessariamente, do mais local e específico ao mais geral, amplo e, nesse sentido, mais determinante” (Williams, 2011b, p.364-365).

Além disso, pensando na manutenção de uma ação coletiva duradoura, Williams reconhece a importância de restabelecer as conexões entre as lutas particulares e a luta mais ampla pelo socialismo e, assim, “provar que o sistema alternativo previsto é, por sua vez, praticável e favorável ao interesse geral” (Williams, 1984, p.190). Curiosamente, o maior obstáculo a essas reconexões não se encontrava, segundo seu diagnóstico, nos novos movimentos, mas no movimento operário e na classe trabalhadora, que teriam ignorado até aquele momento os diferentes interesses particulares que iam além dos interesses da classe: “o movimento pacifista, o movimento ecológico, o movimento das mulheres, a solidariedade com o terceiro mundo, as associações de direitos humanos, as campanhas contra a pobreza e o desamparo, as campanhas contra a indigência e as distorções culturais” (Williams, 1984, p.200). Considerar essas outras vinculações seria um passo decisivo como parte não apenas do esforço teórico para a compreensão desses novos atores, mas também do projeto socialista de transformação da sociedade:

Conclusão

Núcleo da política socialista encampada por Williams na década de 1980, o projeto de uma democracia educada e participativa vinha sendo desenvolvido desde o final dos anos 1950, tendo sido exposto de forma mais sistematizada pela primeira vez em *Cultura e sociedade* (1958) e *The Long Revolution* (1961) – também por isso, dois textos reconhecidos como marcos fundadores da Nova Esquerda. Já naquele momento, Williams apostava todas as suas fichas no revolucionamento dos sistemas de comunicação e educação (a dimensão cultural da longa revolução que se estendia, pelo menos, desde a Revolução Industrial). Só

assim seria possível levar a cabo uma política socialista exercida da forma mais democrática e aberta possível, não apenas no nível mais geral dos partidos, sindicatos e grandes movimentos, mas também no nível mais local das comunidades e associações políticas, econômicas e culturais. De certo modo, a própria ideia de cultura como algo comum (“ordinary”), elaborada nesse momento, já apontava para o ideal de democracia que orientou a política de Williams ao longo de sua trajetória, posto que se trata aqui de uma cultura que é comum em dois sentidos: como algo produzido por todos e não por uma elite e como algo que é vivido no dia a dia (que não seria, nesse sentido, *extraordinário*, portanto).

Esse projeto foi sendo refinado por Williams ao longo do tempo. Tanto do ponto de vista teórico, por meio de uma apropriação cada vez mais madura – e, por conseguinte, original – da teoria marxista, como politicamente, por meio do envolvimento em experimentos inovadores, como o *May Day Manifesto* de 1967/1968 e a Convenção Nacional da Esquerda de 1969/1970, além do engajamento cada vez mais decidido nas fileiras do nacionalismo galês, sobretudo a partir do final da década de 1960.

A década de 1980 representa um momento especial dessa dupla evolução porque foi nessa época que as condições materiais para a realização desse projeto pareciam finalmente maduras: tanto com a emergência de novos atores e pautas, como pelo esgotamento de antigos obstáculos, como as instituições do capitalismo de Estado e os modelos de socialização e nacionalização na base da sociedade soviética. Por isso mesmo, muitas das contribuições de Williams daqueles anos repercutem até hoje, sobretudo: como pensar a relação entre fenômenos eleitorais mais conjunturais e tendências sócio-históricas mais abrangentes e, a partir daí, estratégias para aproximar as diferentes forças de esquerdas; ou, ainda, como fazer política socialista no contexto de uma democracia liberal e, mais importante, como reivindicar a própria democracia ao socialismo.

Mesmo em uma conjuntura interna tão desfavorável, Williams foi capaz de voltar sua atenção aos atores sociais e forças políticas contra-hegemônicas que apontavam para outras formas de vida – confirmando, assim, o impulso utópico que distinguia seu pensamento e militância.

Referências bibliográficas

- CHILDS, David. *Britain since 1945: A Political History*. London: Routledge, 2001.
- CLARKE, Peter. *Hope and Glory: Britain 1900-2000*. London: Penguin Books, 2004.
- Margaret Thatcher: a life in quotes, *The Guardian*, 8 abr. 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/2013/apr/08/margaret-thatcher-quotes>>. Acesso em: 13 jan. 2021.
- RIVETTI, Ugo Urbano Casares. A longa jornada: Raymond Williams, a política e o socialismo. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. Link permanente: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-24082021-211150/pt-br.php>>.

- WILLIAMS, Raymond. Notas sobre o marxismo na Grã-Bretanha desde 1945 [1.ed. 1976]. In: _____. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011a, p.317-342.
- _____. Além do socialismo realmente existente [1.ed. 1980]. In: _____. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011b, p.343-372.
- _____. An Alternative Politics [1.ed. 1981]. In: _____. *Resources of Hope: Culture, Democracy, Socialism*. London: Verso, 1989a, p.151-160. [Ed. bras.: Uma política alternativa. In: *Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p.221-235.]
- _____. Democracy and Parliament [1.ed. 1982]. In: _____. *Resources of Hope: Culture, Democracy, Socialism*. London: Verso, 1989b, p.256-280. [Ed. bras.: Democracia e Parlamento. In: *Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p.377-413.]
- _____. *Hacia el año 2000* [1.ed. 1983]. Barcelona: Crítica, 1984.
- _____. Problems of the Coming Period [1.ed. 1983]. In: _____. *Resources of Hope: Culture, Democracy, Socialism*. London: Verso, 1989c, p.161-174. [Ed. bras.: Problemas do próximo período. In: *Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p.237-255.]
- _____. Socialists and Coalitionists [1.ed. 1984]. In: _____. *Resources of Hope: Culture, Democracy, Socialism*. London: Verso, 1989d, p.175-185. [Ed. bras.: Socialistas e coalizacionistas. In: *Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p.257-272.]
- _____. Decentralism and the Politics of Place [1.ed. 1984]. In: _____. *Resources of Hope: Culture, Democracy, Socialism*. London: Verso, 1989e, p.238-244. [Ed. bras.: Descentralismo e a política do lugar. In: *Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p.349-359.]
- _____. Mining the Meaning: Keywords in the Miner's Strike [1.ed. 1985]. In: _____. *Resources of Hope: Culture, Democracy, Socialism*. London: Verso, 1989f, p.120-127. [Ed. bras.: Garimpando o significado: palavras-chave na greve dos mineiros. In: *Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2015, 177-188.]
- _____. Walking Backwards into the Future [1.ed. 1985]. In: _____. *Resources of Hope: Culture, Democracy, Socialism*. London: Verso, 1989g, p.281-287. [Ed. bras.: Caminhando de costas para o futuro. In: *Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p.415-424.]
- _____. Towards Many Socialisms [1.ed. 1985]. In: _____. *Resources of Hope: Culture, Democracy, Socialism*. London: Verso, 1989h, p.295-313. [Ed. bras.: Rumo a muitos socialismos. In: *Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p.435-461.]

Resumo

Este artigo oferece uma análise das intervenções de Raymond Williams no debate político britânico da década de 1980 – contexto conformado, sobretudo, pelas políticas econômicas liberalizantes e de desmonte das bases do Estado de bem-estar social levadas a cabo pelo governo de Margaret Thatcher. Para tanto,

optou-se por concentrar o foco no material que melhor sintetiza os posicionamentos políticos e intelectuais de Williams nessa época: o livro *Towards 2000* (1983) e os textos reunidos no volume *Recursos da esperança* (1989). Em ambos, Williams expôs as bases de seu projeto de um socialismo democrático, por ele concebido não só como melhor resposta aos desafios que se impunham naquele momento, mas também como fundamento de uma política de esquerda consistente para o século XXI.

Palavras-chave: Raymond Williams; socialismo; democracia; política britânica.

Abstract

This article offers an analysis of Raymond Williams' interventions in the British political debate of the 1980s – a context shaped mainly by the liberalizing economic policies and the dismantling of the bases of the Welfare State promoted by Margaret Thatcher's administration. For this purpose it was decided to focus on the material that best summarizes Williams' political and intellectual standings at that time: the book *Towards 2000* (1983) and the texts collected at *Resources of Hope* (1989). In both texts, Williams presents the grounds for his project of a democratic socialism, conceived not only as the best response to the challenges at stake at that moment but also as the basis for a left politics adequate to the 21st century.

Keywords: Raymond Williams; socialism; democracy; British politics.